

# A importância de ser monótono

Por **Simon Johnson**

*Valor Econômico, 128.3.2014*

**Na esfera da economia internacional, atitude confere poder, ao permitir que grandes decisões sejam tomadas sem muita fiscalização externa**

**Reformas precisam ser aprovadas pelo Congresso dos EUA. Por alguma razão, o governo de Barack Obama não se empenhou pela aprovação desse item em 2013 e início de 2014, e por isso o esforço no sentido de incentivar ainda mais as reformas no FMI definhou.**

O Fundo Monetário Internacional é uma organização extremamente útil, capaz de proporcionar quantidades substanciais de assistência técnica e financeira em curto prazo a quase qualquer país do mundo. O FMI também quase sempre é percebido como incrivelmente monótono.

Infelizmente para o FMI, o Fundo agora exige um destaque público um pouco mais evidente para convencer o Congresso dos EUA a concordar com algumas reformas importantes. A crise ucraniana poderá revelar-se útil, embora isso pareça menos provável agora - o que pode ser uma coisa boa, na medida em que uma consequência, não intencional, pode ser um empréstimo à Ucrânia

Na esfera da economia internacional, ser percebido como monótono confere poder, uma vez que isso permite que as principais decisões sejam tomadas sem grande incidência de fiscalização externa. De 1918 a 1939, foi difícil implementar cooperação econômica internacional - em grande parte porque todas as tentativas de acordos eram estruturadas no contexto de importantes conferências internacionais. Após a criação do FMI em 1944, muitas das mesmas decisões tornaram-se rotineiras, muito menos interessantes e muito mais fáceis de implementar.

O FMI raramente merece manchetes de primeira página nos EUA ou em outros grandes países, exceto quando há uma dimensão pessoal picante. A última vez em que muitos leram alguma notícia sobre o FMI pode ter sido quando seu então diretor-geral, Dominique Strauss-Kahn, foi obrigado a demitir-se, em maio de 2011, após ter sido acusado de agredir sexualmente uma funcionária de um hotel em Nova York.

Depois disso, sua sucessora, Christine Lagarde, ajudou a restaurar a reputação do Fundo - e levar a cobertura de seus programas e atividades de volta às páginas jornalísticas secas e desapaixonadas da cobertura do mundo dos negócios. (Quando eu trabalhava no FMI, nos anos 2000, a cobertura de nossos eventos numa página três, pelos principais jornais, era normalmente preferível a qualquer estardalhaço).

Evidentemente, em países que recebem ajuda - como a Grécia nos últimos anos - o FMI provoca grandes paixões. Mas nos corredores do Congresso americano, poucos prestam atenção.

Na atmosfera altamente carregada de cisão partidária em Washington, DC, passar despercebido é quase sempre uma vantagem. Imagine se o desembolso de toda ajuda a países em apuros exigisse a aprovação do Congresso, que dirá de

gastos que impactem o orçamento americano. Nada de bom jamais aconteceria - e certamente nada de bom para os EUA.

O FMI está fundado na premissa de que representa cooperação entre todos os países do mundo. Mas a realidade é que o Fundo representa e opera o poder americano, em cooperação com seus aliados mais próximos.

Quem duvida deveria consultar uma carta recente redigida pela Comissão de Bretton Woods dirigida a líderes do Congresso em nome de uma notável diversidade de ex-secretários de gabinete republicanos e democratas. O primeiro parágrafo diz: "O FMI sempre foi uma ferramenta valiosa para promover os interesses nacionais dos EUA em todo o mundo".

Os Estados Unidos não ditam o que acontece no FMI, mas têm uma influência desproporcional. Em virtude das origens do Fundo - criado para contribuir para a reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial - os países europeus são também muito bem representados em seu Conselho Executivo e em termos de participação acionária (e, portanto, em importância em decisões relevantes).

Um objetivo importante, nas últimas décadas, tem sido modificar em alguma medida a representação no FMI de modo a diminuir o peso europeu e aumentar a influência dos mercados emergentes. A importância econômica e financeira mundial desses países tem crescido rapidamente, mas eles têm pouca representação no Fundo.

Um pacote de reformas foi pactuado. Assim como a maioria dos resultados de negociações internacionais, o acordo não é perfeito, mas constitui, efetivamente, algum avanço. (Para detalhes técnicos, recomendo um recente artigo de Edwin M. Truman, meu colega no Instituto Peterson de Economia Internacional.)

Essas reformas precisam ser aprovadas legislativamente pelo Congresso dos EUA, antes que possam ter efeito. Por alguma razão, o governo do presidente Barack Obama não se empenhou pela aprovação desse item difícil em 2013 e início de 2014 - e por isso o esforço no sentido de incentivar ainda mais as reformas no FMI definiu.

O governo Obama propôs vincular a reforma do FMI à aprovação, pelo Congresso, do presumivelmente iminente financiamento à Ucrânia. Isso constitui uma tática legislativa sensata, mas não atraente como uma estratégia econômica. Com efeito, o governo tentou tornar o FMI mais interessante, especialmente visando incentivar os republicanos na Câmara dos Deputados a apoiar as reformas.

Os sinais mais recentes sugerem que os republicanos não irão sentir-se tão seduzidos. Porém o maior problema é que a Ucrânia não necessita, efetivamente, de um enorme empréstimo do FMI. O que a Ucrânia precisa é de uma forte redução da corrupção, bem como de real legitimidade (pelas urnas) de pessoas que querem frear a influência de oligarcas - um grupo que minou a economia por sua pilhagem e incompetência ao longo das últimas duas décadas.

A reforma do Fundo Monetário Internacional é algo sensato e merece receber apoio. Os europeus não precisam de seu nível atual de representação enquanto as posições e as vozes dos países de renda média baixa deveriam ser reforçadas.

O governo Obama precisa justificar mais diretamente e mais vigorosamente essa necessidade perante o Congresso. A monotonia inerente ao FMI torna isso difícil.  
**(Tradução de Sergio Blum)**